Municipalização dos ODM e participação social

5ª Edição

odm BRASIL

PRÊMIO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BRASIL

O Brasil melhorou e você ajudou.

ESSE PRÊMIO É SEU.

APRESENTAÇÃO

Conferências internacionais realizadas na década de 90 trouxeram à tona a realidade da exclusão social e os graves problemas ambientais vivenciados cotidianamente pela maioria da população mundial e que precisavam ser revertidos. Com base nessas premissas, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou no ano 2000 a Cúpula do Milênio, que estabeleceu oito iniciativas para melhorar as condições sociais da humanidade e tornar o mundo melhor e mais justo até 2015.

Elas ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma plataforma humanista apoiada por líderes de todas as nações do Sistema ONU, entre elas o Brasil. São eles:

Para verificar o desempenho dos países em relação ao cumprimento desses objetivos, a ONU realizou, em 2010, a Conferência de Revisão dos ODM, quando concluiu que as nações deveriam implantar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos municípios para que as metas fossem alcançadas até 2015.

Nessa Conferência, o Brasil foi referenciado pelas Nações Unidas em função do bom desempenho dos ODM no país. No entanto, mesmo que na média os dados nacionais estejam positivos em relação ao cumprimento das Metas do Milênio, eles escondem os baixos índices de desenvolvimento verificados no interior, nas periferias, na área rural e em regiões recônditas.

A mesma situação é constatada também em outros países menos desenvolvidos e em nações mais prósperas. Há bolsões de pobreza e miséria em quase todas as partes do mundo.

Diante dessa realidade, a ONU propôs que os países implantassem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em seus municípios. Essa iniciativa foi nominada pela ONU como "localização dos ODM", e ficou conhecida no Brasil como "municipalização dos ODM".

Esta publicação nasceu com a finalidade de ser uma ferramenta de apoio à sociedade civil e às prefeituras na implantação da municipalização. Temos a convicção de que esse é o caminho para melhorar as condições de vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras.

Será apresentada, ainda, a situação do Brasil em relação ao cumprimento das metas e os desafios que precisam ser enfrentados, bem como os instrumentos que podem ser utilizados para a implantação dos ODM, entre eles: a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Governo Federal e Municípios 2013-2016 e o Portal ODM.

Mesmo com esses vigorosos instrumentos, o Brasil só vai avançar se houver a participação da sociedade civil e das prefeituras municipais. O maior desafio que temos pela frente é construir um país melhor para assegurar aos brasileiros e às brasileiras condições de vida mais digna. O desafio está lançado. Agora, só depende de cada um de nós!

OS ODM NO BRASIL

O Brasil tem conseguido cumprir e até superar a maioria das Metas do Milênio. Essa condição privilegiada só foi possível por meio de uma conjunção de fatores, entre eles, a prioridade dada pelo Governo Federal à adoção de políticas sociais, ao desenvolvimento sustentável, à participação efetiva da sociedade civil e à união entre os três níveis de governo.

Para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio o Brasil criou uma série de políticas públicas que impacta positivamente os indicadores. O desempenho do Brasil em relação a cada uma das Metas do Milênio é o seguinte:

META 1 – ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

Meta da ONU: Redução da incidência da pobreza extrema e da proporção de pessoas que passam fome.
Meta cumprida e superada.
Desafio: Erradicar a fome.

META 2: EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

Meta da ONU: Garantir que todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino.
Meta cumprida: A PNAD/2011 apontou a universalização do acesso ao Ensino Fundamental.
Desafio: Melhorar a qualidade do ensino.

META 3: IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER

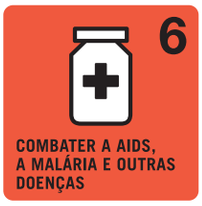
Meta da ONU: Eliminar disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio.
Meta alcançada: Mulheres e meninas são maioria em todos os níveis de ensino.
Desafio: Reduzir os índices de violência contra as mulheres, ampliar espaços na política e no mercado de trabalho, com salários equivalentes aos dos homens.

META 4 – REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Meta da ONU: Reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos (17,9 óbitos para cada mil nascidos vivos).
Meta alcançada: A taxa recuou de 26,1, em 2001, para 15,7 em 2011.
Desafio: Reduzir a taxa de mortalidade infantil em regiões mais pobres.

META 5 – MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

Meta da ONU: Reduzir em 3/4 a razão da mortalidade materna.
Meta não alcançada: A razão da mortalidade materna era de 141 por 100 mil nascidos vivos em 1990. Caiu para 68 em 2010, mas a meta é a redução do número de óbitos para 35 por 100 mil nascidos vivos.
Desafio: Alcançar a meta por meio de adoção de políticas públicas direcionadas à saúde das gestantes.



META 6: COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Meta da ONU: Ter detido a incidência das doenças e revertido a tendência atual.
Meta alcançada: A taxa de incidência da Aids está estabilizada e houve redução da malária de 56% entre 2005 e 2011; da taxa de incidência da tuberculose, que em 2010 foi de 37,6% por 100 mil habitantes, fazendo com que o Brasil antecipasse em 5 anos o cumprimento da meta.
Desafio: Reverter a taxa de incidência da dengue.

META 7: QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Meta da ONU: Reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à água e esgotamento sanitário.
Meta cumprida: O número de domicílios ligados à rede de água e de esgotamento sanitário aumentou. O Código Florestal recuperou áreas desmatadas e manteve a reserva legal na Amazônia Legal, no Cerrado e nos demais biomas.
Desafio: universalizar o acesso à água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo. Reduzir os índices de desmatamento e queimadas.

META 8: TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

Meta da ONU: Formular estratégias em cooperação com países desenvolvidos para acesso a medicamentos e a novas tecnologias.
Meta cumprida: Estratégias de relações internacionais Sul-Sul; parcerias com países africanos, principalmente, em relação a políticas de combate à fome e acesso a medicamentos por meio do Programa de Cooperação Técnica Internacional.
Desafio: melhorar o ambiente de trabalho no Brasil com apoio a pequenos empresários e intensificar políticas de colaboração com países do eixo Sul-Sul.

MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM

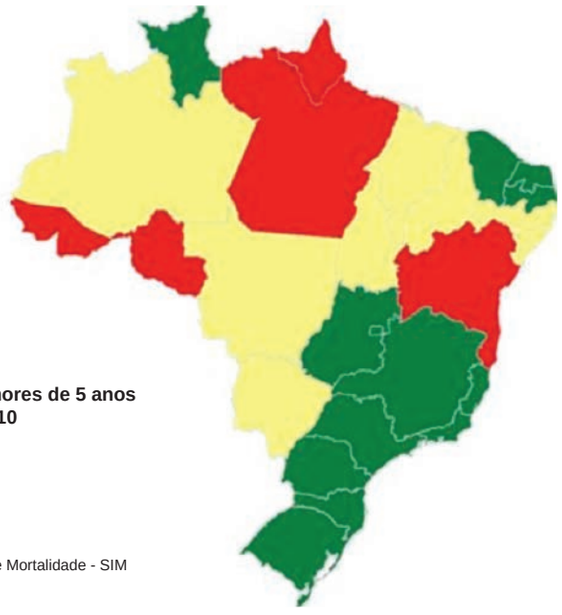
Quando os indicadores econômicos e sociais dos ODM são mensurados nos estados e municípios ficam evidentes algumas fragilidades regionais e locais frente aos principais índices de desenvolvimento dos ODM.

Os mapas a seguir, com dados de 2010, mostram a situação do Brasil apenas em relação à redução da mortalidade infantil, mas outros indicadores de ODM têm resultados semelhantes, o que revela que a desigualdade está presente em todo o país.

Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
Mortes por 1.000 nascidos vivos - 2010

- 16,38 - 17,50
- 17,51 - 20,00
- 20,01 - 30,00
- Valores Perdidos ou Faltantes

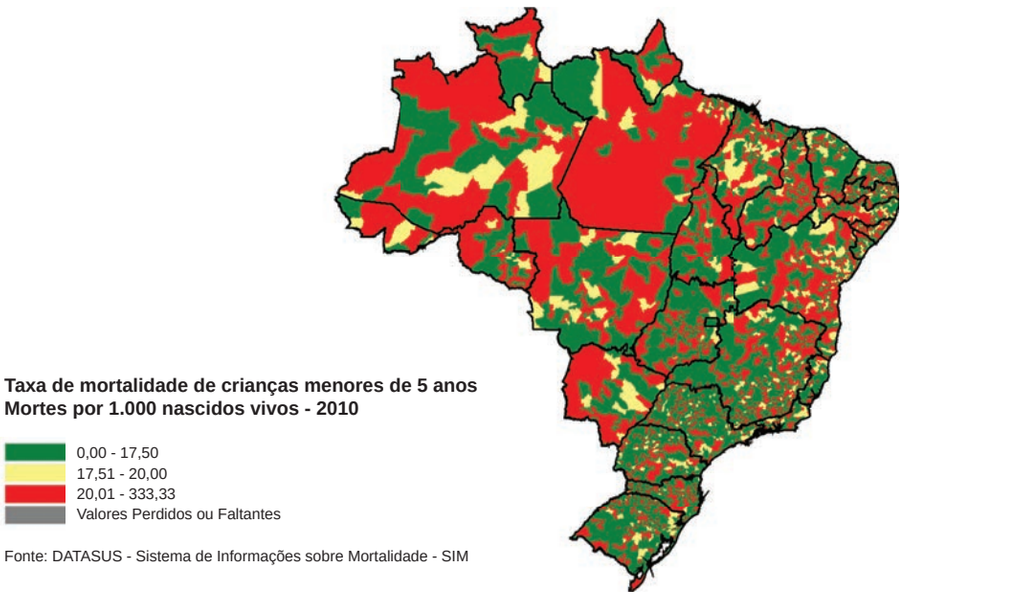
Fonte: DATASUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM



Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
Mortes por 1.000 nascidos vivos - 2010

- 12,42 - 17,50
- 17,51 - 20,00
- 20,01 - 22,12
- Valores Perdidos ou Faltantes

Fonte: DATASUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM



A situação brasileira tem disparidades que precisam ser superadas. Uma das estratégias é a municipalização dos ODM, que vem sendo implementada com o apoio da sociedade civil, de governos estaduais e municipais, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos e do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD).

SOCIEDADE CIVIL E OS ODM

Tanto a sociedade civil quanto os municípios têm um papel e uma contribuição fundamental para o cumprimento dos ODM. À sociedade cabe acompanhar e fiscalizar o cumprimento das Metas do Milênio nos municípios, por meio de uma atuação colaborativa, disponibilizando informações e auxiliando o poder público local, com vistas a otimizar o desempenho das políticas implantadas. As entidades sociais devem ser aliadas e também protagonistas da causa dos ODM.

A sociedade civil pode contribuir de várias maneiras, mobilizando lideranças sociais e o poder público, participando dos Núcleos de ODM e conhecendo o tema para apontar caminhos e ações a serem perseguidos para que o Brasil cumpra as Metas do Milênio.

Pode ainda atuar em projetos sociais que impactam os ODM, seja por meio do trabalho formal ou descobrindo e dando visibilidade a práticas existentes para que elas possam ser replicadas e reconhecidas pelo poder público. Também pode auxiliar na disseminação dos ODM e ainda desenvolver iniciativas e programas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

OS NÚCLEOS DE ODM

A partir de 2004, a mobilização da sociedade civil ganhou força quando o Governo Federal, o PNUD, e organizações sociais e empresariais se uniram para criar o Movimento Nacional pela

Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos, que nasceu com a finalidade de mobilizar a sociedade civil e os governos em prol dos ODM.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos é o grande incentivador da consolidação dos Núcleos estaduais, regionais e municipais e, consequentemente, da municipalização. O Movimento tem mobilizado milhares de lideranças e de entidades em todo o país em seminários, círculos de diálogo, oficinas que estimulam e sensibilizam a sociedade civil e o poder público a participarem dos ODM.

A trajetória dos ODM em relação à participação social se dá também na concepção da criação e no apoio aos Núcleos estaduais, regionais e municipais dos ODM, que ficaram conhecidos no Brasil como Núcleos do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos.

Os Núcleos, como representação estadual, regional e municipal do Movimento Nacional, formam uma rede articulada na disseminação dos ODM e desempenham também um importante papel na mobilização social, na capacitação de lideranças, no trabalho com o poder público local para a implementação dos ODM e no acompanhamento do desempenho das prefeituras quanto ao alcance das Metas do Milênio.

Por meio dos Núcleos é dado o primeiro passo para o processo de municipalização dos ODM. Todos os estados brasileiros contam com Núcleos estaduais que funcionam nas capitais. A partir dos Núcleos estaduais, estão sendo criados Núcleos regionais e Núcleos municipais ou locais, nos municípios ou regiões administrativas do Distrito Federal.

O Núcleo tem a missão estratégica de manter viva a dinâmica dos trabalhos para o alcance dos ODM, de ajudar a estabelecer as prioridades, definir projetos e monitorar resultados, além de articular contatos com representantes dos governos locais, dos Poderes Legislativo e Judiciário, da sociedade civil e do setor produtivo e de disseminar os ODM pelos estados, regiões e municípios.

COMO CRIAR NÚCLEOS DE ODM

O processo de criação de Núcleos estaduais, regionais e municipais é bastante semelhante. A primeira providência é identificar lideranças interessadas na temática ODM e comprometidas com essa causa. A partir da formalização deste Núcleo, inicia-se o processo de articulação para que outras pessoas possam se integrar e ajudar no processo de mobilização da sociedade civil, do setor empresarial e dos governos.

Não é necessário que sejam criados novos espaços de participação para o funcionamento dos Núcleos. O ideal é que sejam identificados os já existentes nas localidades, como Conselhos e Secretarias Estaduais ou Municipais.

Cabe aos integrantes dos Núcleos articular contatos com o poder público para que estes sejam reconhecidos legalmente. Existem vários instrumentos para que as prefeituras, Assembleias Legislativas e/ou Câmaras Municipais institucionalizem os Núcleos, como decretos, portarias, projetos de lei etc. Diversos modelos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: **www.odmbrasil.gov.br**, no item “Legislação”.

Recomenda-se que os Núcleos sejam integrados por uma abrangente representação de lideranças municipais, como representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, conselhos municipais, sociedade civil, sindicatos, comunidades religiosas, movimentos sociais, associações comunitárias, universidades, empresas estatais, empresas privadas etc.

No caso de o Poder Executivo vir a integrar-se ao Núcleo, sugere-se que a articulação da sociedade civil se dê no sentido de assegurar a presença de representantes das secretarias municipais de Planejamento e que áreas com atividade aderente aos ODM se integrem ao Núcleo. Deve-se buscar ainda a inclusão de representantes de segmentos sociais jovens, negros, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência e outras minorias.

O PAPEL DOS INTEGRANTES DOS NÚCLEOS

Além de mobilizar a sociedade civil e o poder público e deter conhecimento na temática dos ODM, os integrantes dos Núcleos precisam conhecer a realidade dos indicadores de ODM nos estados e municípios. Esses dados podem ser buscados em diversas fontes, por meio de documentos produzidos nas conferências municipais, pelo Plano Plurianual, relatórios do governo, instituições independentes e outros. Mas, existe uma maneira mais fácil de verificar a situação dos municípios por meio de indicadores de ODM, disponibilizados pelo Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis) no endereço eletrônico **www.portalodm.com.br**.

O Portal é desenvolvido e mantido pelo Serviço Social da Indústria do Estado do Paraná (Sesi/PR), em parceria com o PNUD e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Neste endereço encontra-se o desempenho de cada um dos 5.565 municípios brasileiros, mensurado por meio de indicadores, números, gráficos e mapas, que são atualizados constantemente pelo Orbis. Os dados utilizados são do IBGE, dos Ministérios e de informações prestadas pelos municípios aos bancos de dados federais. Portanto, são todos oficiais.

Também é necessário conhecer o processo de análise dos indicadores. O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos, a quem cabe prestar apoio e assistência aos Núcleos, realiza oficinas de capacitação para essa finalidade.

Constituído o Núcleo e tendo acesso às informações sobre os indicadores de ODM nos municípios, o próximo passo é avaliar os dados e elaborar um diagnóstico da situação do município para analisar a realidade local. A partir daí, junto com o poder público, é possível detectar os principais problemas, traçar estratégias e ajudar na construção das políticas públicas prioritárias para serem implantadas em cada localidade.

Como já foi dito, é recomendável trabalhar com prefeitos e prefeitas, mas o Núcleo também pode atuar apenas com as lideranças da sociedade civil e do empresariado para articular, subsidiar e apoiar a implantação de ações e projetos que ajudem o Brasil a cumprir as metas.

As lideranças da comunidade devem ser mobilizadas para que as estratégias de implantação dos ODM comecem a ser desenvolvidas. Cada Núcleo estadual, regional ou municipal tem as suas funções específicas na rede de mobilização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos em prol dos ODM.

NÚCLEOS ESTADUAIS DE ODM

Todos os estados brasileiros contam com Núcleos estaduais que funcionam nas capitais. A função do Núcleo Estadual é promover a melhoria dos indicadores dos ODM no estado, integrando nessa ação os gestores públicos, setores empresariais e as organizações da sociedade civil, articulados em Núcleos regionais e Núcleos municipais.

Composição: O Núcleo Estadual é composto por órgãos públicos do estado, organizações da sociedade civil, empresariais, públicas e da iniciativa privada, universidades e outras organizações que tenham capacidade de abrangência estadual e pelas representações dos Núcleos regionais.

Missão: Mobilizar e articular governos, empresas, organizações e a sociedade civil, formando e orientando Núcleos regionais de ODM para promover a municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em todas as regiões e municípios do estado.

Visão: O Núcleo Estadual de ODM é reconhecido por sua contribuição para o alcance dos ODM em decorrência do trabalho realizado pela municipalização, promovido pelos Núcleos regionais e municipais de ODM do estado.

Objetivos: Representar o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos no estado e coordenar as diversas atividades para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente a sua municipalização no estado.

Promover a melhoria dos indicadores dos Objetivos do Milênio nos municípios e no estado, integrando nessa ação os gestores públicos, setores empresariais e as organizações da sociedade civil, articulados em Núcleos regionais e Núcleos municipais de ODM.

Organização: Ter nível de organização mínimo, ou seja, uma Secretaria Executiva (endereço, material de escritório, telefone, internet etc.) para garantir a efetividade dos trabalhos do Núcleo.

Escolher os/as responsáveis pela Coordenação do Núcleo, que terão as seguintes atribuições: convocar e coordenar as reuniões e atividades do Núcleo, zelar pela realização do Plano de Atividades e representar o Núcleo perante as diversas instâncias.

Definir os/as responsáveis pela Secretaria do Núcleo, que tem como função: elaborar a memória das reuniões e manter em dia a documentação e correspondência do Núcleo e elaborar relatório semestral ao Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Escolher os/as responsáveis pela Comunicação, cujas atribuições são: divulgar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, as metas e indicadores dos ODM, as atividades dos Núcleos regionais e municipais e estabelecer o relacionamento com os órgãos de comunicação do estado.

Relacionar também os outros integrantes que integram o Núcleo Estadual e encaminhar a informação à Secretaria Executiva do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos.

NÚCLEOS REGIONAIS DE ODM

A função principal do Núcleo Regional é levar os ODM aos municípios, ou seja, mobilizar e articular governos, empresas e sociedade civil para constituir Núcleos municipais nas cidades de sua abrangência, promovendo o alcance dos ODM.

O primeiro passo é definir o município que vai sediar o Núcleo Regional. Geralmente, os municípios escolhidos são cidades-polo da região. É recomendável que para a criação dos Núcleos regionais sejam definidas entidades âncoras. As Federações e/ou Associações de Municípios têm sido parceiras fundamentais na implantação dos Núcleos regionais, mas pode-se escolher também organizações sociais, sindicais, empresariais, universidades para ancorar o Núcleo, dentre outras.

Composição: O Núcleo Regional será composto por representantes dos diversos municípios da região de abrangência, como gestores públicos, conselheiros municipais e lideranças sociais, dos setores empresariais, universidades e outras organizações que possam contribuir com a formação e acompanhamento dos Núcleos municipais.

Missão: Mobilizar e articular governos, empresas e a sociedade civil para constituir Núcleos municipais de ODM nos municípios da região de abrangência para promover o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Visão: O Núcleo Regional ODM é reconhecido por sua contribuição para a municipalização dos Objetivos do Milênio em decorrência do apoio ao trabalho realizado pelos Núcleos municipais da região.

Objetivo: Promover a melhoria dos indicadores dos ODM nos municípios da região, integrando nessa ação os gestores públicos, setores empresariais e as organizações da sociedade civil, articulados em Núcleos municipais de ODM.

Organização: Ter nível de organização mínimo, ou seja, Secretaria Executiva, para garantir a efetividade dos trabalhos do Núcleo. Escolher um membro efetivo e um adjunto para coordenar o Núcleo. A atribuição dos/as coordenadores/as é convocar e coordenar as reuniões e atividades do Núcleo, zelar pela realização do Plano de Trabalho e representar o Núcleo perante as diversas instâncias.

Também é necessário definir a Secretaria para o Núcleo, a ser integrada por um membro efetivo e um adjunto. As atribuições dessa Secretaria são: elaborar a memória das reuniões, manter a documentação e correspondência do Núcleo atualizada e elaborar relatórios semestrais do Plano de Trabalho para o Núcleo Estadual.

A Assessoria de Comunicação também deve ser integrada por um membro efetivo e um adjunto, que terão como atribuições: divulgar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, as metas e indicadores municipais, divulgar as atividades do Núcleo e estabelecer o relacionamento com os órgãos de Comunicação da região.

É necessário também relacionar os outros integrantes que desejam se incorporar ao Núcleo Regional e encaminhar a informação ao Núcleo Estadual.

Oficinas: O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos, com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República, realiza oficinas de planejamento e de capacitação para os Núcleos regionais. O objetivo das Oficinas de Planejamento e de Capacitação é a estruturação interna do Núcleo Regional, a elaboração do Plano de Trabalho para um período de 12 meses e a capacitação para a atividade de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e para a formação dos Núcleos municipais.

Na oficina implanta-se a estruturação interna do Núcleo com a definição da Secretaria Executiva, quando são identificadas e escolhidas as lideranças do grupo que ficarão responsáveis pela coordenação, secretaria, comunicação e mobilização do Núcleo. Também são definidas as atribuições e responsabilidades no planejamento para a Elaboração de um Plano de Trabalho a ser implantado no período de um ano; a acepção da Missão, Visão e Valores do Núcleo; a definição das atividades a serem realizadas e dos responsáveis pelas ações; a elaboração de proposta de orçamento para as atividades, cuja realização demanda recursos; e a definição de calendário básico das atividades do ano.

Já nas Oficinas de Capacitação são realizados pequenos cursos de diversos temas relacionados aos Objetivos do Milênio e a metodologia para a municipalização, como a adesão à Agenda de Compromissos. Entre as capacitações estão: contextualização dos ODM e o desafio da municipalização para que as Metas do Milênio sejam alcançadas pelos municípios; conhecimento do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos e da rede dos Núcleos de ODM estaduais, regionais e municipais; conhecimento do diagnóstico dos municípios brasileiros, disponibilizado no Portal ODM: **www.portalodm.com.br**; conhecimento da Agenda de Compromissos como instrumento de municipalização: **www.portalfederativo.gov.br**; e **www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br**. As oficinas são coordenadas por facilitadores técnicos do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos.

NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ODM

A função dos Núcleos municipais é promover a melhoria dos indicadores dos ODM no município, integrando nessa ação os gestores públicos, setores empresariais e as organizações da sociedade civil.

Para levar os ODM aos municípios o primeiro passo é criar os Núcleos municipais de ODM. O recomendável é que esses Núcleos tenham a participação de integrantes do poder público local, mas eles podem funcionar também apenas com integrantes da sociedade civil local.

Missão: Mobilizar e articular governos, empresas e a sociedade civil para promover o alcance dos ODM no município.

Visão: O Núcleo ODM é reconhecido por sua contribuição na melhoria da qualidade da vida, em decorrência do trabalho realizado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos municípios.

Objetivo: Promover a melhoria dos indicadores dos ODM no município, integrando nessa ação os gestores públicos, setores empresariais e as organizações da sociedade civil.

Organização: Ter nível de organização mínimo para garantir a efetividade dos trabalhos do Núcleo. Escolher os coordenadores do Núcleo, que terão como atribuições: convocar e coordenar as reuniões e atividades do Núcleo, zelar pela realização do Plano de Trabalho e representar o Núcleo perante diversas instâncias.

Definir a Secretaria Interna do Núcleo, cujas atribuições são: elaborar a memória das reuniões e manter a documentação e a correspondência do Núcleo atualizada e elaborar relatórios semestrais para o Núcleo Regional.

Na área de Comunicação devem ser escolhidos os responsáveis por estabelecer o relacionamento com a mídia e pela divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, das metas, indicadores municipais e das atividades do Núcleo.

É necessário também relacionar os outros integrantes que desejam se incorporar ao Núcleo Municipal e encaminhar a informação ao Núcleo Regional.

CÍRCULOS DE DIÁLOGO PARA A MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos, que se expressa por meio dos Núcleos estaduais, regionais e municipais, realiza também encontros de mobilização da comunidade para dialogar sobre os Indicadores do Milênio, definir áreas prioritárias de atuação e os projetos a serem implementados, reforçando assim a atividade dos Núcleos municipais. Ouvindo a comunidade é que surgem as informações sobre os projetos voltados para o alcance das Metas do Milênio, existentes no município.

Essa forma de mobilização é conhecida como Círculo de Diálogo, uma alternativa metodológica que pretende oferecer ideias para a mobilização da sociedade. Se não for possível implementar esse processo, podem ser buscadas outras formas, adaptações e ajustes. O fundamental é dar início ao processo de mobilização.

A metodologia utilizada nos Círculos de Diálogo é baseada na Investigação Apreciativa, desenvolvida na *Case Western Reserve University*, Universidade de Cleveland, nos Estados Unidos. Destaca-se pela possibilidade de aplicação em grandes grupos e por ressaltar o melhor nas pessoas, nas organizações e no seu entorno.

A Investigação Apreciativa prevê fundamentalmente quatro etapas, os chamados 4 “D”, em inglês *Discovery, Dream, Design e Destiny*: a descoberta das potencialidades da comunidade, a construção do seu sonho, de um ideal de futuro, o estabelecimento de prioridades e a elaboração do plano de ação.

O Círculo de Diálogo é desenvolvido pelo Sesi/PR e é reconhecido como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil.

OS MUNICÍPIOS E OS ODM

Os gestores municipais devem criar na estrutura do Poder Executivo o Núcleo dos ODM, que terá a função de acompanhar a implementação das políticas públicas e o desempenho do município em relação ao cumprimento das metas.

Os municípios têm importância fundamental para o alcance dos ODM, uma vez que são os responsáveis pela gestão de diversas políticas públicas. Além disso, detêm vantagens em relação às demais esferas de governo no que diz respeito à adoção de uma agenda de desenvolvimento, porque:

- têm autonomia operacional e mandato formal para prover vários serviços à população;
- têm mandato institucional para promover ações nas áreas de desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, saneamento, educação, cultura, saúde e segurança;
- podem estabelecer acordos com ONGs e com o setor privado para criar uma agenda cooperativa;
- podem adotar leis complementares em assuntos sociais e ambientais;
- principalmente, contam com a proximidade do cidadão, pois é no município que a cidadania é fortalecida.

As prefeituras, com certeza, já desenvolvem diversos programas que geram impacto positivo sobre os ODM. No entanto, não vinculam as ações às Metas do Milênio. Desde a Constituição de 1988, os municípios passaram a ter mais autonomia e atribuições nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, entre outras.

Na Saúde, por exemplo, as prefeituras são obrigadas a investir no mínimo 15% do total de sua arrecadação por determinação da Constituição. Na Educação, por determinação constitucional, o valor do investimento dos municípios deve ser de, no mínimo, 25% das receitas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, prevê a garantia de acesso gratuito à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental (ODM 2 e impacto no ODM 3).

Já na área ambiental, com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) os municípios passaram a ser responsáveis pela execução e fiscalização das ações de proteção da qualidade ambiental e pelo Plano Diretor, que define a política de desenvolvimento urbano e tem forte impacto na sustentabilidade ambiental (ODM 7).

Alguns programas federais têm gestão municipal, entre eles, o Programa Saúde da Família (PSF), a assistência aos partos naturais (parteiras e maternidade) e a distribuição de medicamentos de atenção básica. Todos se relacionam diretamente com os Objetivos 4, 5 e 6. O Bolsa Família também tem gestão municipalizada, o que possibilita uma abertura de espaço para que as prefeituras criem experiências inovadoras no combate à pobreza (ODM 1) e na melhoria das condições de educação (ODM 2) e de saúde (ODM 4).

Certamente, os municípios fazem mais do que é exigido pela Constituição. A municipalização significa relacionar aos ODM as políticas, programas e ações que já são executadas e criar novas iniciativas que induzam ao cumprimento das Metas do Milênio.

Em resumo, municipalizar é:

- Reconhecer que os governos locais têm papel protagonista nos ODM;
- Adequar as políticas públicas já implantadas pelas prefeituras aos ODM;
- Criar novas iniciativas que visem atingir as metas estabelecidas.

A municipalização é, na verdade, uma via de mão dupla. De um lado, o país se fortalece com o engajamento de todos, aumenta o processo de disseminação dos ODM e cria reais condições para cumprir todas as metas até 2015. De outro, os gestores municipais ganham muito, uma vez que os ODM permitem consolidar algumas vantagens, entre elas:

- Construir uma agenda universal que contemple os principais aspectos de uma agenda de gestão eficiente;
- Aperfeiçoar os serviços públicos e o desenvolvimento de ações de combate à vulnerabilidade;
- Ter maior facilidade para obter recursos federais, estaduais e internacionais;
- Trazer as comunidades locais para dialogar e ajudar a decidir o rumo das políticas públicas;
- Adotar a participação social como método de governo, criando assim uma relação de corresponsabilidade com a sociedade civil, de forma a construir parceria e não disputa;
- Adotar uma gestão voltada para resultados práticos que podem ser avaliados de forma eficiente;
- Assegurar mais visibilidade à gestão, obtendo o reconhecimento do trabalho executado por meio de prêmios e inserções na mídia;
- Facilitar o monitoramento, a avaliação e a mensuração de resultados das políticas públicas.

COMO MUNICIPALIZAR OS ODM?

A agenda de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve ser um compromisso do município, e não apenas do prefeito municipal. Sem isso, dificilmente a municipalização será institucionalizada, podendo ser interrompida durante o próprio governo ou nas mudanças de mandato. Propomos, então, que sejam adotadas as seguintes medidas:

1 Consolidação do Núcleo dos ODM

O primeiro passo é formar o Núcleo de ODM no município e reconhecê-lo legalmente, uma vez que os integrantes do Núcleo vão acompanhar o processo de municipalização nas cidades.

O Núcleo pode ser oficializado por meio de projetos de lei, decretos, portarias ou qualquer outro instrumento que garanta institucionalidade ao seu funcionamento. Com um mandato claro e institucionalizado, além de responsabilidades e atribuições pré-existentes, a capacidade do Núcleo fica ampliada e fortalecida. Diversos modelos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: **www.odmbrasil.gov.br**, no item "Legislação".

Devem participar do Núcleo membros dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Sugere-se ainda ampla participação da sociedade, por meio de representantes de entidades sociais, como por exemplo: ONGs variadas; movimentos urbanos - como catadores de materiais recicláveis, movimentos de luta por moradia, economia solidária etc; movimentos do campo; organizações da juventude; empresários, Sistema S; movimento sindical; comunidades religiosas; organizações que atuam em defesa de direitos, em especial, gênero, raça, LGBT; educação popular; conselheiros de políticas públicas; gestores federais e de participação social; organizações de municípios; universidades; movimentos sociais e outros.

No caso do Poder Executivo, é essencial a presença das secretarias de governo, de planejamento e de finanças ou de instâncias equivalentes e, ainda, as que têm ligação com temas afins aos ODM, como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cidades, e outras.

O Núcleo deve ter como atribuições acompanhar, subsidiar e monitorar o processo de municipalização dos ODM na cidade. Para isso, é importante que os participantes do Núcleo conheçam a situação das temáticas dos ODM no município. Os integrantes do Núcleo também devem conhecer o processo de análise de indicadores, pois o acompanhamento é conduzido com base nele.

2 Radiografia da Situação do Município

Instituído o Núcleo, o próximo passo é saber como está a realidade do município em relação aos ODM. Como já foi dito anteriormente, o portal eletrônico **www.portalodm.com.br** é uma boa ferramenta de consulta sobre a situação de cada um dos Objetivos em todos os municípios brasileiros.

Os indicadores devem ser interpretados para que possam contribuir com os Objetivos e suas metas específicas. A análise deve levar em conta a série histórica de dados disponíveis. É essencial que os indicadores sejam trabalhados de forma desagregada, considerando-se não apenas as médias registradas pelos índices ou estatísticas, mas as eventuais desigualdades territoriais, étnicas e de gênero. É também importante adaptar os indicadores e as metas à realidade e aos interesses do município.

Sistematização – As discussões e informações sobre o perfil municipal dos ODM devem ser organizadas em um relatório, que poderá ser disseminado na comunidade. Se bem elaborado, o

documento pode servir de fonte para o planejamento e a prática dos conselhos municipais. Ele também pode ser útil para os técnicos envolvidos na elaboração dos Planos Plurianuais.

Um indicador é uma informação que permite revelar a que distância se está de um determinado objetivo e, por isso, pode ser usado no monitoramento e na avaliação de políticas públicas.

Um indicador social é uma medida, geralmente numérica, que informa um aspecto da realidade social ou mudanças que estão ocorrendo. O número de óbitos de crianças com menos de um ano por mil nascidos vivos, por exemplo, é um dos indicadores de mortalidade infantil mais amplamente adotado no mundo.

3 Construção de um Plano de Ação

Após identificar as metas e indicadores locais, sugere-se que as secretarias ou o órgão de planejamento do município, junto com o Núcleo dos ODM, construam um plano de trabalho prevendo as ações, os responsáveis por sua implantação, a duração e os recursos necessários.

Nesse momento, é preciso prever quanto custa, por exemplo, reduzir em 10% a evasão escolar no município, se essa for uma das metas adotadas, e verificar se os recursos requeridos estarão disponíveis no prazo previsto.

A elaboração do plano deve levar em conta os resultados das ações e programas em curso no município e os resultados da situação do perfil municipal dos ODM. Para isso, o órgão responsável pelo planejamento, deve analisar a trajetória das políticas, de forma participativa e realista. É importante certificar-se de que as ações existentes serão suficientes, tendo em vista o ritmo de progresso demandado para atingir a meta. Também é fundamental identificar como os eventos externos podem influenciar o cumprimento de cada meta.

Com base nessas constatações, é possível definir ações concretas para a melhoria de cada um dos indicadores e o cumprimento de cada meta. As ações devem contemplar as visões de médio e longo prazo. O planejamento deve vir acompanhado de uma estratégia de implantação das ações, descrevendo as atribuições e os respectivos responsáveis. Além disso, pode-se prever a adoção de mecanismos de revisão periódica do processo e dos pactos firmados, incluir uma estratégia para a mobilização de parcerias e investimentos e criar formas de assegurar a continuidade dos programas e ações.

4 Sistema de Monitoramento e Avaliação

A construção de um sistema de monitoramento e avaliação deve ter como base os indicadores e metas utilizados para a construção do perfil municipal dos ODM. O sistema contribui como processo de análise das ações adotadas e para a manutenção dos compromissos expressos no plano de ação. Para que o acompanhamento seja realizado com propriedade, é necessária a constituição de um grupo específico de monitoramento, que responda por essa função. É recomendável que o grupo de monitoramento seja integrado por representantes das secretarias ou do órgão de planejamento do município, além de membros do Núcleo dos ODM. O grupo responsável por essa

tarefa deve dar suporte às políticas e estratégias setoriais. Para isso, sugere-se realizar consultas e debates (reuniões, seminários ou oficinas) com os formuladores e implementadores de políticas públicas e com representantes de organizações da sociedade civil que irão integrar o Núcleo de ODM. O grupo também tem a responsabilidade de disseminar as conclusões surgidas a partir do processo de monitoramento e avaliação. Uma forma adequada de dar visibilidade às informações é produzir, pelo menos uma vez ao ano, um informativo sobre a situação dos ODM no município.

Os relatórios podem explicitar tendências, identificar problemas e avanços e deixar claras as prioridades locais. Eles podem ser produzidos com base na atualização do diagnóstico do perfil municipal dos ODM.

Sugestões para o sucesso da municipalização

- Adequar os objetivos mais abrangentes ao contexto local;
- Equilibrar ambição e realismo na hora da definição de metas. Metas ambiciosas e pouco realistas dificilmente são atingidas, gerando frustração;
- Criar metas intermediárias para manter o comprometimento político e assegurar a responsabilidade. Elas devem estar ancoradas nos objetivos de longo prazo. Metas pouco desafiadoras prejudicam a mobilização;
- Adotar uma agenda compatível com a realidade técnica, financeira e política local. Em pequenos municípios, a municipalização pode significar a adoção de um plano de trabalho limitado a alguns objetivos percebidos como prioritários até que o patamar de possibilidades se eleve;
- Alinhar a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio às demais agendas políticas do governo. Sem o compromisso e a liderança dos principais gestores municipais, dificilmente a municipalização terá sucesso;
- Incluir as metas finais e intermediárias no Plano Plurianual (PPA) e no orçamento municipal.

AGENDA DE COMPROMISSOS CONTRIBUI PARA A MUNICIPALIZAÇÃO

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria-Geral da Presidência da República, criou um forte instrumento para contribuir com a municipalização dos ODM: a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Governo Federal e Municípios 2013-2016.

A Agenda prevê a execução de ações e de políticas públicas tendo como referência a plataforma dos ODM. Para isso foram selecionados programas federais a serem implantados nos municípios, de forma autônoma, e que podem ter seus resultados analisados e acompanhados pelos prefeitos e prefeitas, por meio de indicadores e de metas.

Ao optar por uma plataforma de gestão que considere os ODM em suas ações, prefeitos e prefeitas começam a vencer obstáculos rumo ao cumprimento das Metas do Milênio.

O atual desafio de todos nós para o enfrentamento das desigualdades sociais é efetivar os ODM nos municípios. São desafios que só serão cumpridos por meio da participação dos prefeitos e prefeitas, do Governo Federal e do governo estadual, das organizações da sociedade civil, dos empresários, dos movimentos sociais, entre outros.

Na prática, a municipalização dos ODM já está sendo feita por muitos gestores e gestoras, mas pode avançar por meio da Agenda de Compromissos. A Agenda é uma ferramenta importante, que incentiva os gestores públicos a acompanhar seu próprio desempenho, a implementar e a executar diversos programas e políticas federais, geridos pelos próprios municípios, além de monitorar os indicadores de resultado desses programas e políticas públicas.

Conhecer a realidade do município é o primeiro passo para implantar uma administração exitosa. Nesse sentido, a Agenda de Compromissos utiliza a informação como principal base de apoio à decisão estratégica de prefeitos e prefeitas.

Indicadores sociais fornecidos pelo Governo Federal facilitam o planejamento e o monitoramento dos programas no município. Tais indicadores, alinhados às políticas sociais federativas e aos Objetivos do Milênio, permitem traçar um diagnóstico local e estabelecer metas anuais factíveis para os quatro anos de mandato.

Ao disponibilizar informações que podem ser compartilhadas com a sociedade, a Agenda de Compromissos também funciona como instrumento de transparência e coesão social. A participação social também é fundamental para uma administração eficiente. Com isso, o estímulo concreto à cooperação federativa entre governos e sociedade é revigorado e o apoio da sociedade para o planejamento e execução competente das metas é fortalecido.

Todos os municípios brasileiros, tanto as prefeituras quanto a sociedade civil local, podem ter acesso à Agenda de Compromissos por meio dos *sites* **www.portalfederativo.gov.br** e **www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br**. As prefeituras poderão aderir facilmente à Agenda de Compromissos nesse último endereço eletrônico.

O mecanismo de preenchimento da Agenda é bastante simples. As prefeitas e os prefeitos (ou suas equipes) poderão, assim, acompanhar a evolução de todos os indicadores relacionados aos programas federais e verificar se estão atingindo as metas que se propuseram para o ano seguinte, ano após ano.

O instrumento ainda reconhece os municípios que se comprometem a alcançar os indicadores estabelecidos e os certificam quando têm êxito, além de propor outras possibilidades de apoio (capacitações e consultorias, entre outros) e diversas outras formas de contrapartidas.

Confira, a seguir, os programas selecionados em cada um dos ODM:

ODM	Política Pública/ Programa	Indicador
1	Programa Bolsa Família	Nível de cobertura municipal do programa
	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	Total de agricultores fornecedores
	Proteção Social Básica	Número de atendimentos
2	Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos	Número de matrículas em educação infantil 4 e 5 anos
	Ampliar a oferta de educação infantil	Matrículas em educação infantil até 3 anos
	Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica	Número de matrículas em tempo integral
	Atingir as médias nacionais para o IDEB	IDEB – Anos iniciais
3	Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero	Matrículas em educação infantil até 3 anos
	Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher	Total de serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência
4	Atenção Básica à Saúde	Cobertura de atenção básica
	Mortalidade Infantil	% de óbitos infantis investigados
	Programa Nacional de Imunização	Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+HIB) em crianças menores de 1 ano

ODM	Política Pública/ Programa	Indicador
5	Rede Cegonha 1 - Pré-natal	Proporção de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal/ano
	Rede Cegonha 2 - Partos Normais	Proporção de partos normais
	Rede Cegonha 3 - Mortalidade Materna	% de óbitos de mulheres em idade fértil investigados
6	Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e Aids	Proporção de pacientes HIV positivo com 1° CD 4 inferior a 200 cel/mm³ registrado no SISCEL
	Malária	Índice Parasitário Anual – IPA – da malária
	Dengue	Número de óbitos por dengue
	Tuberculose	Taxa de incidência de tuberculose
7	Abastecimento de Água	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento
	Esgotamento Sanitário	Índice de atendimento urbano de esgoto com rede coletora
	Resíduos Sólidos	% de resíduos recolhidos pela coleta seletiva
8	Programa Microempreendedor Individual – MEI	Total de MEI existentes
	Esforço Fiscal e a Receita Corrente Líquida	Receita corrente líquida municipal
	Simples Nacional	Quantidade de optantes por município

Informações sobre os programas que integram a Agenda de Compromissos podem ser obtidos por meio dos seguintes contatos:

ODM 1 - ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

1. Programa Bolsa Família (PBF)

Contato: e-mail: bolsa.familia@mds.gov.br
Telefone: 0800 7072 003 ou na Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc)
Mais informações: www.mds.gov.br/bolsafamilia
Outros:
www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/arquivos/Orientacoes%20Painel%20de%20Indicadores%20Maio%202012.pdf

http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/estados_e_municipios/apoio-a-gestao-descentralizada
http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/observatorio/praticas_publicas_f

2. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

Contatos:
1. Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar (DECOM) - e-mail: paa@mds.gov.br, telefone: (61) 3433-1202
2. Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar - e-mail: paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1215 e 3433-1266
3. Coordenação-Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar (responsável pelos convênios entre o MDS e os governos municipais – modalidade Compra com Doação Simultânea) - e-mail: paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1112 e 3433-1192
4. Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (responsável pelos convênios entre o MDS e os governos estaduais para execução do PAA, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite) - e-mail: paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1178 / 3433- 1179 e 3433-1181
5. Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos (responsável pela Cooperação entre o MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para execução do PAA, modalidades Compras com Doação Simultânea, Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques) - e-mail: paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1186 e 3433-1185
Mais Informações:
http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar

3. Proteção Social Básica (PSB)

Contatos: Departamento de Proteção Básica – SUAS - e-mail: protecaosocialbasica@mds.gov.br, telefone: (61) 3433-2916
Mais informações:
http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica

ODM 2 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

1. Universalizar o atendimento escolar da população de 4 a 5 anos
2. Ampliar a oferta de educação infantil (até 3 anos)

Contatos:
MEC : (61) 2022-8335 / 8336 / 8337 / 8338
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE) - e-mail: sac@fnde.gov.br, telefones: 0800 616161 (ligação gratuita) ou (61) 2022-4142 / 4135 / 4252 / 4789 / 4808 / 4877 / 4879 / 4933

Mais informações:
PAR: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=235
FNDE: http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao

3. Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica – Programa Mais Educação

Contatos: Programa Mais Educação – Coordenação de Ações Educacionais Complementares – Telefones: (61) 2022-9181 / 9211 / 9212 / 9174
Mais informações:
http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/

4. Atingir as médias nacionais para o IDEB

Contatos: PAR – Plano de Metas e PAR 2010 (acesso ao sistema, senha, inserção de dados, monitoramento do PAR) - e-mail: planodemetas@mec.gov.br, MEC - telefones: (61) 2022-8335 / 8336 / 8337 / 8338 ; FNDE - telefones: (61) 2022-5802/ 5813 / 5831 / 5902 / 5924 / 5928 / 5930 / 5961 / 5973
Observações: Para mais informações de como elaborar o PAR: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=157&Itemid=365
Mais informações: Consulte o portal do MEC – www.mec.gov.br – "IDEB – Saiba como melhorar" Pradime - Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219:pradime-apresentacao&catid=149:pradime&Itemid=447

ODM 3 - PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

1. Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade do Mundo do Trabalho

Contatos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE) - e-mail: sac@fnde.gov.br, telefones: 0800 616161 (ligação gratuita) ou (61) 2022-4142 / 4135 / 4252 / 4789 / 4808 / 4877 / 4879 / 4933
Outros: http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-projetos-arquitetonicos-para-construcao

2. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Contatos: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa, Brasília-DF - CEP: 70.150-908, telefone: (61) 3411-4211, e-mail: spmulheres@spmulheres.gov.br
Mais informações: http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres

ODM 4 – REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

1. Atenção Básica à Saúde

Contatos: Departamento de Atenção Básica (DAB) - telefone: (61) 3315-9044
Mais informações: http://dab.saude.gov.br/portaldab/

2. Políticas de Redução da Mortalidade Infantil

Contatos: e-mail: reducaomortalidadeinfantil@saude.gov.br ou Disque Saúde - 136
Mais informações: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1583

3. Programa Nacional de Imunização

Contatos: Disque Saúde - 136
Mais informações: Os gestores municipais podem procurar a Secretaria de Saúde de seu estado e o Ministério da Saúde - http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448

ODM 5 – MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

Rede Cegonha
1 – Pré-Natal ; 2- Partos Normais e 3 – Mortalidade Materna

Contatos: SISPRENATAL e SISPART - e-mail: saude.mulher@saude.gov.br, telefone: (61) 3315-9101 Departamento de ações programáticas estratégicas – Área técnica de saúde da mulher - telefone: (61) 3306-8101
Mais informações: Todas as informações sobre a Rede Cegonha estão disponíveis em www.saude.gov.br/redecegonha

ODM 6 – COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

1. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids

Contatos: O e-mail informacoes@aids.gov.br e a página www.aids.gov.br são os melhores canais de comunicação para gestores locais.
Mais Informações: http://www.aids.gov.br/

2. Malária

Contatos: Para mais informações, assessoria ou assistência técnica, entre em contato com a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle de Malária pelo telefone: (61) 3213-8083.
Outras publicações de interesse da gestão local estão disponíveis na página: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1526
Mais informações: Guia Prático de Tratamento da Malária: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_pratico_tratamento_malaria_brasil_2602.pdf

3. Dengue

Contatos: Em razão da estrutura funcional do SUS, os assuntos relacionados às atividades técnicas e administrativas devem sempre ser feitas com a interveniência do nível estadual. Isto, entretanto, não impede que eventuais contatos para esclarecimentos relativos à rotina dos programas sejam feitos diretamente ao Programa Nacional de Controle da Dengue no endereço eletrônico dengue@saude.gov.br ou pelos telefones: (61) 3315-2755 / 3410.
Para assuntos relacionados à alimentação do sistema de informação, a instância estadual deve ser acionada primeiro, uma vez que a SES tem função de acompanhar, monitorar e supervisionar as ações de vigilância em saúde no âmbito do estado.
Mais informações:
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes_epidemias_dengue_11_02_10.pdf
Cartilha da Dengue: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/flash/cartilha_dengue.html

4. Tuberculose

Contatos: Existe acesso direto dos programas estaduais e municipais ao programa nacional, para esclarecimentos de dúvidas, assessoria e orientações técnicas.
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose – CGPNCT SCS, Quadra 4, Bloco A, Edifício Principal, 3º andar, Brasília/DF - CEP: 70.304-000, e-mail: draurio.barreira@saude.gov.br, telefone: (61) 3213 8234
No que diz respeito às orientações relacionadas ao sistema de informação, o programa nacional possui uma área específica (Informação Estratégica) que responde a estas demandas com apoio direto da Unidade Técnica do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação).

São realizadas visitas técnicas e um monitoramento específico para a melhoria da qualidade da informação, naqueles estados e municípios com maiores necessidades nessas áreas ou por demanda.
Unidade Técnica do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Sala 137, Brasília-DF - CEP: 70.058-900, e-mail: sinan@saude.gov.br, telefone: (61) 3315-3191/3193
Mais informações:
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31101

ODM 7 – GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Abastecimento de Água

Contatos: Funasa: Departamento de Engenharia de Saúde Pública - telefone: (61) 3314-6262 / 6267 / 6225 e fax: (61) 3314-6613
Ministério das Cidades: Departamento Apoio à Gestão Municipal e Territorial - Pedro Henrique Dücker Bastos - Telefones: (61) 2108-1347 - e-mail: pedro.bastos@cidades.gov.br
Mais informações:
FUNASA: http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/sistema-de-abastecimento-de-agua/
Ministério das Cidades: http://www.cidades.gov.br/saneamento/

2. Esgotamento Sanitário

Contatos: Funasa - Departamento de Engenharia de Saúde Pública - Telefone: (61) 3314-6262 / 6267 / 6225 e fax: (61) 3314-6613
Ministério das Cidades: Planos de Saneamento - esgotamento sanitário - e-mail: planosdesaneamento@cidades.gov.br, telefones: (61) 2108-1488 / 1102 / 1966
Mais informações:
FUNASA: http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/sistema-de-abastecimento-de-agua/
Ministério das Cidades: http://www.cidades.gov.br/saneamento/

3. Resíduos Sólidos

Contatos: Ministério do Meio Ambiente Projetos de Gestão de Resíduos Sólidos - Saburo Takahashi - e-mail: saburo.takahashi@mma.gov.b, telefone: (61) 2028-2047
SINIR – e-mail: sinir@mma.gov.br
SISNAMA – Ana Lucia Ancona – e-mail: ana.ancona@mma.gov.br, telefone: (61) 2028-2125
Mais informações: Manual para Elaboração do Planos de Gestão de Resíduos Sólidos:
http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf

ODM 8 – TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

1. Microempreendedor Individual (MEI)

Contatos: Sebrae – 0800 570 0800
Ministério de Desenvolvimento, Agricultura e Comércio Exterior - telefone: (61) 2027-7000
Mais informações:
Portal do Empreendedor:
http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual
Sebrae: www.sebrae.com.br

2. Esforço Fiscal e Receita Corrente Líquida

Contatos:
Secretaria do Tesouro Nacional: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/fale-conosco, e-mail: joao.goulart@fazenda.gov.br
Mais informações: Lei de Responsabilidade Fiscal - http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/file?file_id=3189763&show_all_versions_p=f

3. Simples Nacional

Contatos: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/FaleConosco.aspx
Mais informações:
Portal Simples Nacional - http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Default.aspx
Portal SEBRAE – http://www.sebrae.com.br/uf/paraiba/sites-especiais/simples-nacional

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA MUNICIPALIZAÇÃO

A participação social vem se tornando um método de governo no Brasil, ou seja, não está restrita apenas aos ODM. Um bom exemplo disso é a atuação da Secretaria-Geral da Presidência da República, a quem cabe a responsabilidade pela interlocução com todos os segmentos da sociedade civil.

A Secretaria-Geral busca construir espaços de interação, compreendendo a democracia como processo político e social, e a participação dos cidadãos como um dos parâmetros para definir a prática democrática.

A quantidade de pessoas e organizações sociais envolvidas nos processos participativos, na elaboração de políticas públicas e na participação em seminários de ODM tem aumentado ano a ano. Para se ter ideia dessa ativa participação social, oito mil lideranças estiveram presentes nos seminários de divulgação da 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil em 2011.

A expansão dos espaços públicos partilhados entre governo e sociedade civil confere ao Brasil um ambiente cada vez mais favorável para a solução de problemas ainda existentes. São muitos os exemplos de canais abertos ou revitalizados pelo Governo Federal. Esses espaços estimulam uma relação de corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo em que conferem mais legitimidade às decisões e ações de governo. O mesmo acontece com relação aos ODM, cujos Núcleos abarcam uma expressiva quantidade de lideranças sociais.

Os principais espaços de participação social existentes no Brasil e que podem auxiliar muito na implantação da plataforma ODM são:

a) Conselhos

Os Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos inserem-se no princípio constitucional da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. A valorização desses espaços de democracia participativa garante mais eficácia à gestão pública. Milhares de conselhos estão presentes na vida dos municípios, dos estados e do Governo Federal. Nesses espaços também são discutidas políticas públicas que vão ao encontro dos ODM.

Os ODM servem como um eixo condutor de esforços em prol do desenvolvimento humano e desafiam a sociedade a encontrar novas formas de cooperação e engajamento de seus atores. Por isso, é fundamental buscar convergências entre as agendas dos movimentos sociais e dos conselhos e a plataforma proposta pelos ODM.

A participação dos conselhos no planejamento e definição das metas e indicadores que orientarão as prioridades do município garantem algumas vantagens, entre elas:

- Aumenta as chances de o processo ser institucionalizado e continuado, mesmo após a mudança de gestor, pois o compromisso é firmado com outros atores e segmentos sociais;
- Permite aos conselheiros dispor de mais informações para embasar o planejamento de suas ações e fazer o controle social das políticas;
- Possibilita a articulação das políticas públicas de forma transversal nos diversos conselhos;
- Amplia as bases de representação dos conselheiros porque permite instaurar debates mais qualificados com as várias instâncias do poder público junto ao segmento que representam e aos cidadãos;
- Aprimora as ferramentas de gestão, liderança e inovação que caracterizam os mandatos de cada conselho.

A efetividade dos conselhos depende de disposição política de seus integrantes e dos governos locais para que possam, de fato, participar e influir nas estratégias adotadas pela sociedade.

b) Conferências
O exercício da democracia participativa se consolida também por meio da realização de conferências, que representam instâncias de reflexão, debates e negociação em nível municipal, estadual e nacional e são instrumentos essenciais para a definição de prioridades e subsídios para a construção de políticas públicas.

As propostas surgidas durante as conferências têm contribuído para a criação dessas políticas, e muitas delas impactam positivamente os ODM.

c) Mesas de Diálogo
Nos últimos anos, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios, representantes de entidades de trabalhadores e de empresários reuniram-se em diversas oportunidades para tratar de problemas fundamentais da sociedade brasileira em Mesas de Diálogo. Várias políticas surgiram por meio desses debates, entre elas, a de valorização do salário mínimo, as de agricultura familiar, do setor canavieiro, da construção civil, além de propostas para a área de habitação etc.

d) Ouvidorias
Esses canais de participação possibilitam que as manifestações, dúvidas e sugestões dos cidadãos sejam examinadas e encaminhadas aos órgãos competentes, que buscam o adequado atendimento e o aprimoramento do processo de prestação do serviço público.

AS EMPRESAS E OS ODM

Michael Porter, professor de Harvard, considerado a maior autoridade em estratégia competitiva, afirma que os empresários e executivos olham muito para a economia e pouco para as questões sociais. Segundo ele, as empresas têm a capacidade de resolver problemas gigantescos nas áreas da saúde, meio ambiente e nutrição ao impulsionar o valor social por meio do valor econômico.

Por isso, ele entende que as empresas, além de cuidar do seu sucesso econômico têm também, hoje, o desafio de se reconectarem com a sociedade. E não na perspectiva da filantropia ou da responsabilidade social apenas, mas como uma estratégia competitiva, pelo potencial de grandes oportunidades de negócios da área social, pois ela será a maior geradora de inovação nos próximos 20 ou 30 anos.

Segundo essa perspectiva, trata-se de afetar diretamente as questões sociais com o modelo de negócio. Um modelo que gere lucro, mas que atue diretamente no foco dos problemas sociais, pois quando existem problemas sociais, a empresa e sua produtividade são afetadas como um todo.

Mas por onde começar? Enquanto o assunto não permear a estratégia global da empresa, um grande avanço nas ações e projetos de responsabilidade social atualmente implementados seria atuar em prol do alcance dos ODM.

Muitas ações e projetos são realizados, contando com o aporte de investimentos significativos, que nem sempre provocam as transformações necessárias para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das localidades, frustrando as expectativas de todos os envolvidos, até mesmo das próprias empresas.

Apropriar-se da situação dos Indicadores do Milênio e promover ou realizar projetos voltados ao avanço desses indicadores significará contribuir efetivamente para tornar melhor o local onde estiverem inseridas, criando, em consequência, ambientes mais favoráveis aos próprios negócios e à criação de novos.

São várias as alternativas para tal. A seguir, algumas ideias:

- Conhecer e divulgar os Indicadores do Milênio do município;
- Definir e realizar projetos e ações internos orientados pelos ODM;
- Apoiar a implementação de projetos voltados à melhoria dos Indicadores do Milênio no município;
- Realizar Círculos de Diálogo – tecnologia social desenvolvida pelo Sesi/PR destinada a mobilizar pessoas para trabalhar em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento local, cujo foco principal é o diálogo positivo;
- Apoiar a organização de grupo de voluntários colaboradores com o objetivo de realizar ações internas e na comunidade do entorno que contribuam com os ODM;
- Apoiar a organização e funcionamento de Núcleo ODM no município, com o objetivo de mobilizar e articular os três setores da sociedade para a realização de ações, visando a sua melhoria.

Ao promover os ODM, a empresa estará cumprindo sua função de contribuir com o desenvolvimento sustentável da nação brasileira.

Algumas ideias:

ODM 1

Ações:

- Elaborar e distribuir folhetos orientando sobre o que é uma boa alimentação;
- Ensinar organizações sociais e famílias a aproveitar melhor os alimentos, evitando desperdícios;
- Incentivar e apoiar a criação de hortas comunitárias e pomares;
- Abrir espaços na empresa para feira de pequenos produtores, produtos naturais e orgânicos;
- Fazer um mural da cidadania, divulgando ofertas de trabalho, serviços (saúde, documentos, previdência, Bolsa Família etc.), cursos de capacitação profissional e de geração de renda;
- Manter um refeitório para os funcionários, servindo boa e equilibrada alimentação;
- Apoiar a geração de emprego e renda;

- Facilitar o acesso a linhas de microcrédito;
- Apoiar a merenda escolar e programas de educação alimentar;
- Desenvolver novos produtos de baixo custo, que combatam deficiências nutricionais;
- Priorizar a utilização de produtos agrícolas e matérias-primas de fornecedores locais e terceirizar serviços à micro e pequenas empresas locais;
- Proporcionar crédito a pequenos produtores e cooperativas agrícolas locais e trabalhar em conjunto para a melhoria da produtividade, da qualidade e da segurança alimentar;
- Contratar e capacitar aprendizes;
- Promover a inclusão, no quadro de empregados, de afrodescendentes, pessoas com deficiência e de outros grupos discriminados;
- Promover programas de voluntariado dentro e fora da empresa.

ODM 2

Ações:

- Construir e manter bibliotecas no interior da empresa, além de bibliotecas, videotecas ou brinquedotecas na comunidade, escolas ou organizações sociais. Organizar campanhas de arrecadação de livros, vídeos e revistas;
- Apoiar ou estruturar programas de redução do analfabetismo entre funcionários, familiares e comunidade externa;
- Acompanhar o processo educativo dos filhos de funcionários, garantindo que todos estejam na escola;
- Apoiar e manter menores aprendizes na empresa;
- Desenvolver ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- Apoiar programas de formação de professores de escolas públicas;
- Organizar concursos de redação e oficinas de leitura para compreensão de textos em escolas próximas da empresa;
- Promover cursos, palestras e ciclos de debate sobre temas culturais;
- Cooperar com governos, organizações internacionais e ONGs na promoção dos Direitos da Criança, em especial no combate ao trabalho infantil, mediante criação de selos de certificação, por exemplo;
- Criar parcerias com governos e ONGs locais para a melhoria da qualidade de ensino;
- Promover a educação de funcionários e dependentes, mediante criação de cursos noturnos dentro da própria empresa;

- Facilitar ou fornecer diretamente acesso a treinamento em informática às famílias dos funcionários;
- Apoiar projetos educacionais complementares de escolas e ONGs.

ODM 3

Ações:

- Implantar programas de capacitação profissional para mulheres;
- Estruturar uma política de cargos e salários com oportunidades iguais a funcionários e funcionárias;
- Identificar e divulgar novas oportunidades de trabalho para mulheres em atividades consideradas masculinas;
- Promover ações na comunidade e em organizações sociais que estimulem as mulheres a buscar alternativas de geração de renda;
- Divulgar na empresa e na comunidade a existência, nas grandes e médias cidades, de centros de atendimento para mulheres, onde elas podem denunciar a violência e ter um acompanhamento físico e psicológico;
- Promover palestras sobre empreendedorismo e trabalho cooperativo para grupos de mulheres;
- Apoiar ações e projetos que envolvam esposas e filhas de funcionários;
- Adotar políticas justas para contratação de pessoal e que incentivem a candidatura de mulheres;
- Promover a capacitação do quadro de pessoal feminino;
- Promover e contribuir com programas de geração de renda para mulheres chefes de família;
- Promover, dentro e fora da empresa, juntamente com ONGs e entidades locais, seminários de sensibilização sobre a igualdade de gênero e campanhas pelo fim da violência contra a mulher.

[redacted]

- Evitar desperdício de água e energia em processos fabris;
- Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de material explicativo, palestras e campanhas sobre o consumo consciente, uso racional de água e energia, proteção aos animais e preservação de áreas públicas;
- Implementar a coleta seletiva na empresa, condomínios e bairros, doando o que for arrecadado para a reciclagem;
- Apoiar a organização de cooperativas de catadores e viabilizar espaço para a separação de material por esses catadores;
- Realizar mutirões de limpeza, plantio de árvores e flores em praças da comunidade;
- Criar corridas e gincanas que divulguem a importância do meio ambiente e a qualidade de vida;
- Realizar a avaliação de riscos e impactos ambientais de suas atividades e a gestão desses riscos e impactos;
- Seguir normas e padrões ambientais;
- Investir em ecoeficiência, processos de produção mais limpos, prevenção de poluição, e no desenvolvimento e inovação de produtos e processos;
- Investir e participar de esforços para a criação de novas fontes de energia renováveis;
- Participar de parcerias público-privadas para o aumento do acesso à água potável e a expansão do tratamento de esgoto;
- Treinar e capacitar seus técnicos no uso sustentável de recursos naturais;
- Apoiar e promover premiações para projetos e ações ambientais.

ODM 8

O Objetivo 8 possui um recorte global e macroeconômico. Por isso, diz respeito principalmente às ações de governos e às relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mesmo assim, existem muitas ações empresariais que podem contribuir com sua consecução.

Por meio de parcerias com agências do Sistema das Nações Unidas (Pacto Global), ONGs ou mediante campanhas que aproximem grupos de interesse:

- Posicionar-se ativamente na defesa de um maior equilíbrio nas relações de troca entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, pelo alívio de dívidas externas e pelo aumento da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento;
- Facilitar e promover o acesso de populações carentes a tecnologias, especialmente à tecnologia de informação e comunicação: criar redes de conhecimento e de ações educativas junto à comunidade e seu quadro de empregados;
- Apoiar e financiar projetos de ONGs e ações comunitárias por meio de investimentos sociais ou de ações filantrópicas;

- Apoiar a democratização do acesso à tecnologia da informação com o financiamento a centros de inclusão digital voltados para a juventude de baixa renda.

Ações:

- Organizar campanhas e programas de valorização da vida e defesa de direitos;
- Participar de associações e conselhos comunitários;
- Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho. Essa ação pode ser iniciada com os filhos de funcionárias;
- Terceirizar serviços operacionais para organizações que trabalhem com portadores de necessidades especiais ou reabilitação de jovens e adultos. É importante que a empresa transcenda a cota de inclusão de portadores de necessidades especiais, criando frentes de trabalho em suas linhas de produção que possam receber essas pessoas;
- Incentivar a diversidade na empresa, com inclusão de minorias além das cotas legais.

PRÊMIO ODM BRASIL COMO FATOR DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O Governo Federal, em conjunto com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou o Prêmio ODM Brasil, que é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Prêmio ODM Brasil foi criado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, e vem desempenhando desde sua primeira edição um importante papel como instrumento de mobilização social.

O objetivo do Prêmio é selecionar e dar visibilidade a projetos e boas práticas de organizações sociais e prefeituras que contribuem para os ODM. Em suas quatro edições, o Prêmio já mobilizou milhares de lideranças em todo o país.

Em 2009, essa mobilização foi fundamental para consolidar os Núcleos estaduais de ODM, que acabaram dando origem aos Núcleos regionais e municipais.

A quinta edição do Prêmio teve início em 2013 e será concluída em 2014 com a cerimônia de premiação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

TODOS JUNTOS POR UM BRASIL MELHOR

Participar dessa grande plataforma humanista é a possibilidade que cada um de nós tem para trabalhar por um mundo melhor. A criação de uma cultura e de uma ética democrática requer a mobilização social, e essa mobilização requer uma dedicação contínua na busca de um mundo mais justo.

O ano de 2015 está a caminho e é necessário intensificar todos os esforços para que a população brasileira seja beneficiada pelos ODM. Nesse sentido, é mais do que urgente a participação de prefeitos e prefeitas e da sociedade civil para que o Brasil possa chegar em 2015 com bons resultados a serem compartilhados por todos.

Trabalhar com as Metas do Milênio significa mover o mundo em torno da redução das desigualdades sociais, do resgate aos excluídos, da garantia do acesso à cidadania e da promoção de políticas públicas para aqueles que mais precisam.

A grande transformação que buscamos vai além das nossas estruturas. O que queremos é criar um país onde os valores determinantes das nossas ações sejam a fraternidade e a solidariedade.

Sites relacionados aos ODM

www.odmbrasil.gov.br

www.nospodemos.org.br

www.pnud.org.br

www.portalodm.com.br

www.portalfederativo.gov.br

www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br

odm BRASIL

PRÊMIO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BRASIL

Parceiros:

Banco do Brasil

Banco do Nordeste

Caixa

Eletrobras Furnas

Petrobras

Sebrae

Fiep Sesi Senai Iel — Sesi

Coordenação Técnica:

Enap

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Coordenação-Geral:

8 Jeitos de Mudar o Mundo — Nós Podemos
Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

PNUD
Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

Secretaria-Geral da
Presidência da República

Governo Federal
Brasil
País rico é país sem pobreza